



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

Mulheres na universidade pública: Os desafios na trajetória de formação acadêmica e profissional.

Women at public universities: Challenges in the trajectory of academic and professional training

Rosângela M. De Oliveira*

Dra. Desenvolvimento regional e Urbano – UNIFACS

[E-mail: rmo.uneb@gmail.com](mailto:rmo.uneb@gmail.com)

Luara Fernanda Souza Mascarenhas *

Graduanda de Medicina no Centro Universitário Atenas (UNIATENAS).

[E-mail: lua.luara132@hotmail.com](mailto:lua.luara132@hotmail.com)

1 INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil é marcada pela forte presença feminina, consolidando a ideia de que essa área é destinada às mulheres (Rabelo e Martins, 2006). Áreas feminilizadas tendem a ser menos valorizadas (Estevam e Guimarães, 2024). Professores buscam mestrado e doutorado para ampliar conhecimento e obter melhor carreira, salários e condições de vida (Estevam e Guimarães, 2024). A carreira feminina sofre penalizações externas, como a maternidade, que atrasam a obtenção de títulos avançados, refletindo desigualdade de gênero e impactando negativamente a inovação científica (Carpes et al., 2022).

O Nordeste brasileiro, com nove estados e 1.794 municípios, representa 32,2% do país, com grande área semiárida e faixa litorânea. A Bahia é o maior estado, seguida pelo Maranhão e Ceará. A região teve a menor taxa de crescimento em 2022 (0,24%), devido a desafios econômicos, sociais, migração e falta de empregos (Fusco; Ojima, 2023).

O mercado para docentes com mestrado e doutorado está nas universidades públicas, que oferecem melhores salários e condições. Em 2024, o Brasil tinha mais de 3.000 instituições de ensino superior, com quase 700 no Nordeste, incluindo 12 institutos tecnológicos e 36 universidades, responsáveis por graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão (Brasil, 2024).

O Plano Nacional de Educação (2014–2024) estabeleceu metas para valorizar profissionais da educação. Metas 13 e 14 fixam mínimo de 35% de doutores no corpo docente de cursos superiores. O Censo 2022 mostrou doutores mais concentrados em instituições públicas, mestres nas privadas, e maior presença masculina no ensino superior, evidenciando desafios para mulheres docentes (Brasil, 2023).

O artigo visa entender as dificuldades das mulheres na formação e carreira, analisando dados de docentes em pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas do Nordeste entre 2016 e 2021. Foram identificados docentes em 9 estados via Plataforma Sucupira da CAPES, com dados de formação e produção científica obtidos nas plataformas Lattes e Google Scholar.

A amostra, de 4.257 docentes selecionados de 14.579, foi estudada com abordagem quantitativa, usando Excel e Epi Info para analisar distribuição por sexo, participação em iniciação científica, tempo de formação, atividades além da docência e contribuição científica.

O artigo possui seções sobre revisão teórica, resultados empíricos e considerações finais, abordando os avanços e desafios das mulheres na educação superior pública do Nordeste.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

2 DESENVOLVIMENTO

A trajetória educacional das mulheres no Brasil é marcada por conquistas históricas desde sua entrada no ensino superior, no século XIX. Segundo dados analisados por Beltrão e Alves (2009), entre os anos de 1971 e 1975, ocorreu um marco significativo no país: as mulheres reverteram um diferencial de quase 20 vezes em relação aos homens e passaram a ser maioria no ensino superior. Atualmente, entre a população brasileira de 18 a 24 anos, em 2023, 30,1% das mulheres estão no ensino superior, enquanto entre os homens o percentual é de 21,8%, evidenciando que as diferenças de gênero ainda persistem (Brasil, 2020).

Essa realidade não é exclusiva do Brasil, embora as mulheres tenham conquistado espaço nas instituições de ensino superior, sua permanência nas universidades apresenta desafios significativos, sobretudo em função de questões relacionadas ao gênero feminino. Muitas acabam interrompendo ou adiando os estudos devido à responsabilidade com os filhos pequenos ou à ausência de uma rede de apoio.

A trajetória acadêmica das mulheres é frequentemente afetada pela maternidade e pelas responsabilidades domésticas, o que dificulta seu retorno ao meio acadêmico após interrupções na carreira (Urpiá, 2009). De acordo com o PNUD (2015), as mulheres dedicam 2,5 vezes mais tempo a cuidados não remunerados do que os homens, e essa desigualdade pode levar séculos para ser superada. Além da sobrecarga física e emocional, essas tarefas muitas vezes não são reconhecidas como trabalho, o que compromete a continuidade da carreira feminina (Andrade, Praun e Avoglia, 2018). Soma-se a isso a persistência de padrões de gênero na escolha profissional: mulheres concentram-se em áreas menos valorizadas, como ciências humanas, enquanto os homens ocupam espaços de maior prestígio, como as ciências exatas (Beltrão e Alves, 2009).

Atualmente, dentro das universidades, as mulheres continuam a se concentrar em áreas ligadas ao cuidado e à assistência coletiva, enquanto os homens predominam nas áreas relacionadas às finanças, negócios e computação. Segundo o estudo de Barros e Mourão (2018), os percentuais de predominância feminina estão nas áreas de saúde e bem-estar (76,6%) e educação (72,7%). Já entre os homens, destacam-se as áreas de ciências exatas, matemática e computação (69%) e engenharia, produção e construção (68,5%). O mesmo estudo destaca que, entre os doutores cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a disparidade de gênero ainda é evidente: nas ciências exatas da Terra e nas engenharias, os homens representam 30,3%, enquanto as mulheres somam apenas 14,3%. Já nas áreas de ciências da saúde e humanas, as mulheres representam 18,4% e os homens 12,7%. Essa distribuição evidencia que a escolha profissional das mulheres tende a priorizar áreas voltadas ao coletivo, o que demonstra sua dedicação e contribuição ao bem-estar social.

A carreira acadêmica feminina é de suma importância não apenas como forma de reparação das desigualdades de gênero, mas também como um fator relevante para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento de um país. Conforme Oelz, Olney e Tomei (2013), quanto maior o grau de instrução da mãe, melhores são os níveis de escolarização e a saúde mental dos filhos, gerando efeitos positivos tanto no contexto social quanto econômico da nação.

2.1 Mercado de trabalho e ocupação de cargos por gênero.

A formação acadêmica e os títulos são fatores relevantes para a empregabilidade. Leone e Portilho (2018) identificaram que mulheres com elevado grau de escolaridade têm maior inserção no emprego formal, mas precisam de mais qualificação que os homens para alcançar cargos de prestígio.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

Muitas acumulam mais de 15 anos de estudo, porém a diferença salarial persiste, especialmente nesse nível.

Uma pesquisa com mestres e doutores de 2009 a 2021 mostrou que mulheres com mestrado ganhavam 28,1% a menos que homens em 2009 e 26,7% a menos em 2021. Entre doutores, a diferença salarial foi de 9,3% em 2009, aumentando para 16,4% em 2021 (CCGE, 2024).

Segundo Império et al. (2019), mulheres têm potencial para cargos superiores em menos tempo e currículos mais extensos, mas isso não se traduz em liderança ou remuneração equivalente. A região Sudeste concentra a maioria dos mestres e doutores empregados no país (Mendes, Hermeto e Brito, 2019). Em 2023, cerca de 70% desses profissionais atuam nas ciências e artes (RAIS, MTE).

Oelz, Olney e Tomei (2013) apontam que mulheres em cargos de direção ganham 23% menos que homens e enfrentam mais dificuldades para ascender, especialmente quando acumulam tarefas domésticas. Homens, mesmo enfrentando desafios como serviço militar ou desemprego, têm mais facilidade para acessar cargos compatíveis ao retornarem ao mercado.

Além da desigualdade salarial, mulheres mais escolarizadas ocupam menos cargos de prestígio e percorrem trajetórias educacionais mais longas. Essas barreiras invisíveis são chamadas “teto de vidro” (UNESCO, 2021). Fraga e Oliveira (2020) usam o termo “labirinto” para ilustrar os inúmeros obstáculos enfrentados pelas mulheres em suas carreiras.

Mesmo em áreas majoritariamente femininas, a liderança é dominada por homens. Oliveira, Mello e Rigolin (2020) mostram que, por exemplo, na Educação, mulheres são 60% dos profissionais, mas ocupam só 48% dos cargos de liderança. Nas áreas tradicionalmente masculinas, a liderança feminina é quase inexistente (UNESCO, 2021). Mulheres negras enfrentam desafios ainda maiores para acesso e ascensão profissional. Freitas, Santos e Jacinto (2022) indicam que poucas alcançam mestrado ou doutorado e enfrentam falta de políticas afirmativas, reduzindo sua presença em cargos de prestígio.

Políticas públicas são essenciais para promover igualdade de gênero, como a Lei da Igualdade Salarial e a obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas em eleições (Lei nº 9.504/97).

A diferença na trajetória acadêmica e profissional entre gêneros é significativa e estudada há décadas. Malpighi et al. (2020) ressaltam a crescente produção acadêmica sobre o tema e a necessidade de discutir as desigualdades enfrentadas pelas mulheres na carreira.

2.2 Resultados e discussão

A composição da amostra deste estudo contou com 2.018 mulheres e 2.239 homens. O primeiro item analisado diz respeito à iniciação científica, uma atividade importante desenvolvida ainda na graduação, com o objetivo de inserir os estudantes no ambiente da pesquisa e da inovação. Na amostra deste estudo, foram identificados 1.331 docentes egressos de programas de iniciação científica, sendo 43,7% do sexo feminino e 56,3% do masculino. Ao analisar o percentual de egressos e não egressos dentro de cada grupo, observou-se que 28,8% das mulheres participaram de programas de IC, contra 33,45% dos homens, o que já evidencia um início de desigualdade entre os gêneros.

Essa disparidade pode estar relacionada às áreas do conhecimento em que a presença feminina é majoritária com mais de 50% como Linguística, Letras e Artes; Ciências Humanas; Ciências da Saúde; e Ciências Biológicas. Dados divulgados pelo CNPq (2020) indicam que as três áreas que mais receberam recursos para a iniciação científica foram Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências da Saúde. Por outro lado, as áreas que menos receberam investimentos foram Linguística, Letras e Artes, e Ciências Sociais Aplicadas (Brasil, 2020).



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

Apesar da presença significativa das mulheres na pós-graduação, elas ainda enfrentam desvantagens ao longo da formação. O tempo médio entre a graduação e o ingresso no mestrado foi de 4,5 anos para as mulheres, enquanto os homens levaram apenas 3 anos. No mestrado, ambas as médias superaram o tempo regular de dois anos, com as mulheres concluindo em 2,3 anos e os homens em 2,1 anos. No doutorado, embora o tempo de conclusão tenha ficado abaixo do prazo regulamentar de 4 anos, as mulheres ainda levaram mais tempo: 3,9 anos, frente a 3,8 anos dos homens. Além disso, o intervalo entre o fim do mestrado e o início do doutorado foi de 3,1 anos para as mulheres e 2,3 anos para os homens, evidenciando maior continuidade nos estudos por parte deles. Esses dados mostram que, mesmo sendo maioria, as mulheres enfrentam obstáculos que prolongam sua trajetória acadêmica.

Mesmo com a superioridade numérica feminina em títulos obtidos, as desigualdades de gênero persistem. Muitas mulheres precisam reorganizar suas prioridades e acabam enfrentando maiores intervalos entre os níveis de formação. Exemplo disso é o tempo médio de início do pós-doutorado após a conclusão do doutorado: 6,21 anos para mulheres e 5,16 anos para homens. Essa diferença compromete a continuidade da produção científica, afetando indicadores como publicações, citações, bolsas de pesquisa, patentes e colaborações.

Entre os docentes que realizaram pós-doutorado, foi possível identificar a universidade e o país de realização da formação. Das mulheres que concluíram essa etapa, 29,4% optaram por instituições no exterior, enquanto entre os homens esse percentual foi de 43%. No total, 1.963 docentes da amostra realizaram pós-doutorado, sendo 41% deles em instituições internacionais.

A formação acadêmica continuada é um requisito básico para o ingresso na docência do ensino superior. Uma vez aprovados em concurso público para instituições do Nordeste, esses docentes dividem-se entre atividades de ensino na graduação e na pós-graduação, ações de extensão e, sobretudo, pesquisa, especialmente por seu vínculo com programas *stricto sensu*.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo compara a trajetória educacional e profissional de mulheres em instituições públicas de ensino superior no Nordeste do Brasil. Apesar de serem maioria na formação acadêmica, as mulheres enfrentam obstáculos significativos, agravados por fatores culturais, biológicos e sociais, como idade, raça e origem. A análise de 4.257 currículos Lattes revelou que elas levam mais tempo para se titular e têm menor desempenho em indicadores como publicações, patentes e bolsas de produtividade, embora se destaquem em atividades editoriais e cargos de gestão. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas que garantam reconhecimento e igualdade de oportunidades às mulheres, que já possuem qualificação, mas carecem de condições equitativas para avançar em suas carreiras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cristiano de Jesus; PRAUN, Lucieneida Dovão; AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão. O sentido do trabalho para mulheres após a licença maternidade: um estudo com profissionais de educação. *Semina: Ciências Sociais e Humanas, [S. l.]*, v. 39, n. 2, p. 147–158, 2018. DOI: 10.5433/1679-0383.2018v39n2p147. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/33900>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>> Acesso em: 07 jul. 2024.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

BRASIL. Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojY2I3YzEwZjEtYzlkMy00YmJmLTgzNDktYWE0YmM3NDYyMDZlIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>> Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior em 2022. Notas Estatísticas. Brasília-DF Inep/MEC 2023, Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_e_scolar_2022.pdf> Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Panorama de Implementação do Ciclo 2018-2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-ict/icjr-faps>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. e174090, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>>. Acesso em: 25 jul. 2024

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, p. 125-156, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100007>>. Acesso em: 12 jul. 2024

CARPES, Pâmela Billig Mello; STANISCUASKI, Fernanda; OLIVEIRA, Leticia de; SOLETTI, Rossana C. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. *Brasília, Epidemiol Serv Saúde*, 2022; 31:e2022354. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos . **Brasil: Mestres e Doutores 2024**. Brasília, DF. Disponível em: <<https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ESTEVAM, Humberto Marcondes; GUIMARÃES, Selva. Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação stricto sensu em educação da ufu: impacto na formação docente e de pesquisador (2004-2009). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP*, v. 16, n. 3, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/913>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FRAGA, Aline Mendonça; OLIVEIRA, Sidinei Rocha-De. Mobilidades no labirinto: tensionando as fronteiras nas carreiras de mulheres. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 18, n. spe, p. 757–769, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395120190141>>. Acesso em: 26 jul. 2024

FREITAS, Gabriela Leão Toribio; SANTOS, Jucilene da Conceição; JACINTO, Pablo Mateus dos Santos. INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO MUNDO DO TRABALHO: UMA REVISÃO DE LITERATURA: . *Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista*, v. 9, n. 26, p. 47–63, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.5933302. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/558>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FUSCO Wilson. OJIMA, Ricardo. Censo Demográfico 2022: reflexões iniciais sobre a região Nordeste. Disponível em: < <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/relatorios-de-pesquisas/censo-demografico-2022-reflexoes-iniciais-sobre-a-regiao-nordeste.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2024.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

IMPÉRIO, Daniele Almeida do; ALMEIDA, Jéssica Marques de; FUZARO, Pollyanna da Silva; NEUMANN, Helena Rodi. A mulher no mercado de trabalho: lutas e conquistas. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/download/8184/pdf_213/>. Acesso em: 6 jul. 2024

LEONE, Eugenia Troncoso; PORTILHO, Luciana. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. Tematicas, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 227–246, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11709. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11709>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MALPIGHI, Vanessa Cristina da Silva; Barreyro, Luz Amparo López; Marigliano, Rilza Xavier; Leopoldo, Kae. Negritude feminina no Brasil: uma análise com foco na educação superior e nos quadros executivos empresariais. Revista Psicologia Política, v. 20, n. 48, p. 325-338, 2020. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7818645>>. Acesso em: 12 jul. 2024

MENDES, Philippe scherrer, HERMETO, Ana Maria, BRITTO, Gustavo. Reorganização espacial da indústria de transformação brasileira pós-2008: a evolução do emprego formal no território. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 23–44, 2019. Disponível em: <<https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/373>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

OELZ, Martín; OLNEY, Shauna; TOMEI, Manuela. Igualdad salarial: Guía introductoria. Organización Internacional del Trabajo, 2013. Disponível em: <http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/igualdade_salarial.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024

OLIVEIRA, Jussara Ribeiro de; MELLO, Livia Coelho; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. Participação feminina na pesquisa sobre tecnologia da informação no Brasil: grupos de pesquisa e produção científica de teses e dissertações. cadernos pagu, n. 58, p. e205804, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202000580004>>. Acesso em: 7 jul. 2024

PROGRAMME, United Nations Development (PNUD). The Paths to Equal: New Twin Indices on Women's Empowerment and Gender Equality. Genebra, BIT, 2023. Disponível em: <<https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210028486>>. Acesso em: 28 jul. 2024

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Minas Gerais: Anais do evento, 2006. p. 6167-6176. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/266244820>>. Acesso em: 30 jul. 2024

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. Relatório sobre participação de mulheres em STEM na América Latina: Uma equação desequilibrada: aumentar a participação das mulheres na Stem na LAC. UNESCO, 2021. Disponível em: <policypapers-cilac-gender-pt.pdf>.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade-vida universitária. Revista Recôncavos, v. 2, n. 4, p. 30-43, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/reconcavos/article/download/1094/663>>. Acesso em: 29 jun. 2024